



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

RENATA NERES DINIZ

**Musealização e Patrimonialização do Distrito Federal:
o caso do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental
(1982)**

Brasília, DF
2021

RENATA NERES DINIZ

**Musealização e Patrimonialização do Distrito Federal:
o caso do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental
(1982)**

Monografia apresentada como requisito básico
para obtenção do título de bacharel em Museologia
pela Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília, DF
2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Nm	<p>Neres Diniz , Renata</p> <p>Musealização e Patrimonialização do Distrito Federal: o caso do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental (1982) / Renata Neres Diniz ; orientador Ana Lúcia de Abreu Gomes. -- Brasília, 2021.</p> <p>52 p.</p> <p>Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de Brasília, 2021.</p> <p>1. Museologia. 2. Patrimônio. 3. Museu Histórico e Artístico de Planaltina. 4. Pedra Fundamental de Planaltina. 5. Distrito Federal. I. de Abreu Gomes, Ana Lúcia, orient. II. Título.</p>
----	---



FOLHA DE APROVAÇÃO

Musealização e Patrimonialização do Distrito Federal: o caso do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental (1982)

Aluno: Renata Neres Diniz

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História Cultural - UnB

Monique Batista Magaldi - Membro

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em Ciência da Informação - UnB

Luciana Magalhães Portela

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em Antropologia - UnB

Em 28/10/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 04/11/2021, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Magalhães Portela, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 09/11/2021, às 07:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Batista Magaldi, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 09/11/2021, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7321436** e o código CRC **FB4E0C2C**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo privilégio de estudar e concluir minha graduação na Universidade de Brasília, pois por diversas vezes nessa caminhada eu pensei em desistir, mas Ele e pessoas maravilhosas não deixaram eu me render. Aos meus pais: Cátia Ivone e Robenilson, serei eternamente grata, pois sem eles nada disso seria possível, de fato eles fazem o possível e o impossível por mim e pelo meu irmão o Nathan. Tenho sorte por vocês serem a minha família, amo vocês.

Aos meus colegas de curso que deixaram a caminhada mais alegre e leve, em especial: Átila, Gabriela (nossa arquivista), Gustavo, Israel, Kátilla e Yasodara. Nunca vou esquecer das minhas inúmeras fotos tiradas por vocês dormindo em algum lugar da Universidade, seria uma espécie de *Bullying*?

Aos professores do Curso de Museologia que permitiram uma caminhada cheia de aprendizados e experiências únicas durante a minha graduação. O meu muito obrigada a Thais Rocha (sem a Thais, todos estariam perdidos na burocracia e papeladas) e todos que direta ou indiretamente participaram da minha caminhada acadêmica.

No entanto, não posso deixar de agradecer sobretudo a duas professoras que foram imprescindíveis na minha vida acadêmica e pessoal, pois vou levá las para sempre no meu coração: primeiro à minha orientadora Ana Lúcia de Abreu Gomes, ela em minha vida não teve apenas o papel de professora e orientadora, mas de uma grande amiga, por diversas vezes ela me ouviu, me mostrou que sou capaz e não me deixou desistir, não tenho palavras para mensurar o tanto que sou grata a ela e o tanto que a admiro. A professora Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho do Departamento de Comunicação, provavelmente ela não lembrará de mim, mas em uma das minhas aventuras em fazer disciplinas em outros departamentos fiz 'Oficina de Texto 1', ao final de uma aula ficamos conversando, sai dessa conversa determinada e encorajada a começar minha graduação de Direito, nunca vou esquecer dessa nossa conversa.

RESUMO

A realização desta pesquisa visa ampliar, analisar e compreender os processos de musealização e a patrimonialização do Distrito Federal, especificamente os processos de tombamento do Museu de Planaltina, bem como o da Pedra Fundamental que ocorreu no ano de 1982. Busca-se entender quais foram as justificativas e motivos utilizados para dar ensejo a musealização e patrimonialização desses espaços no Distrito Federal. Neste trabalho analisamos o papel da construção do discurso patrimonial de dois espaços tombados pelo governo local do Distrito Federal: o Museu de Planaltina e a Pedra Fundamental. Observamos com o desenvolvimento do trabalho que concorreram para esses processos o protagonismo de grupos locais interessados na transferência do DF para o estado de Goiás, assim como as ações do próprio Governo Federal no que se refere à proteção do Patrimônio Cultural.

Palavras-chave: Museologia. Patrimônio. Museu Histórico e Artístico de Planaltina. Pedra Fundamental de Planaltina. Distrito Federal.

ABSTRACT

The objective of this research is to expand, to analyze and to understand the processes of musealization and patrimonialization of the Federal District, specifically the processes of the Museum of Planaltina and the Fundamental Stone that took place in the year of 1982. We aimed to understand what were the justifications and reasons used to give rise to the musealization and patrimonialization of these spaces in the Federal District. In this work we analyzed the role of the construction of the patrimonial discourse of two spaces listed by the local government of the Federal District: the Museum of Planaltina and the Foundation Stone. We observed with the development of this work that contributed to these processes were the relevant local groups in the transfer from the Federal District to the state of Goiás, as well as the actions of the Federal Government with regard to the protection of Cultural Heritage.

Keywords: Museology. Patrimony. Planaltina Historical and Artistic Museum. Fundamental Stone of Planaltina. Federal District.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa.	16
Figura 2: O casal Francisco Mundim Guimarães e Maria Amélia Guimarães.....	24
Figura 3: Museu Histórico e Artístico de Planaltina.	29
Figura 4: Localização do museu na Região Administrativa de Planaltina.	30
Figura 5: Mapa rodoferroviário apresentado o trajeto da Estrada de Ferro Goiás, assim como da estrada de rodagem que da cidade de Ipameri levou o grupo a Planaltina.....	33
Figura 6: A caravana no engenheiro Balduino Almeida, da Estrada de Ferro de Goiás, em Mestre d'Armas (Planaltina).	35
Figura 7: O evento solene.	36
Figura 8: O engenheiro Balduino, ao final da missão impossível.	37
Figura 9: Pedra Fundamental de Planaltina.....	43
Figura 10: Localização da Pedra Fundamental de Planaltina.....	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ArPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
Depha/GDF	Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GT-Brasília	Grupo de Trabalho Brasília
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educao e Cultura
Sphan/Pr-Memória	Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundaao Pr-Memória
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Objeto de pesquisa	13
1.2. Justificativa.....	13
2. OBJETIVO.....	14
2.1. Objetivo Geral	14
2.2. Objetivos Específicos	14
3. REVISÃO DE LITERATURA	15
4. REFERENCIAL METODOLÓGICO	18
5. CAPÍTULO 01 - MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PLANALTINA.....	19
6. CAPÍTULO 02 - PEDRA FUNDAMENTAL DE PLANALTINA	31
7. CAPÍTULO 03 - CRIAÇÃO DO GT-BRASÍLIA.....	45
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
9. REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva ampliar, analisar e compreender os processos de musealização e patrimonialização do Distrito Federal para buscar compreender a política que se desenvolveu para museus e patrimônio no Distrito Federal. Como há um número significativo de museus e patrimônios tombados no Distrito Federal¹, tomamos como estudo de caso os processos de tombamento, em caráter provisório, do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental de Planaltina, ambos concluídos em 1982, momento dos primeiros processos de tombamento no âmbito do Distrito Federal.

Procurou-se entender quais foram as justificativas e motivos utilizados para dar ensejo à musealização e à patrimonialização desses espaços no Distrito Federal, visto que Brasília havia sido fundada em 1960 e que, defendemos, esses processos contribuíram para a consolidação de uma determinada narrativa histórica para o Distrito Federal então recém transferido.

Neste trabalho analisamos o papel da construção do discurso patrimonial de dois espaços tombados pelo governo do Distrito Federal: o Museu Histórico e Artístico de Planaltina e a Pedra Fundamental de Planaltina. Por que esses espaços foram considerados importantes na cultura e história de Brasília? Quais as justificativas e narrativas que a proteção desses espaços proporcionou? Qual a relação entre esses espaços de memória e os primeiros tombamentos na cidade? Quais foram as agências e agentes envolvidos?

¹ São 33 bens tombados pelo Governo do Distrito Federal. A lista se encontra no site <https://www.cultura.df.gov.br/patrimonio-material/>. Acesso em 19/10/2021.

1.1.1. Objeto de Pesquisa

O objeto de pesquisa que ora se propõe é o estudo acerca dos processos de musealização e patrimonialização do Distrito Federal a partir da análise dos casos do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental, ambos localizados na mesma Região Administrativa, Planaltina - RA VI, identificando o que viabilizou a transformação desses locais em patrimônio.

1.2. Justificativa

O que nos levou à realização deste trabalho foi a necessidade de empreender um estudo que relacionasse e entendesse os diferentes processos de musealização e patrimonialização de bens culturais. Observou-se que a partir da década de 1970 se desenvolveram práticas de patrimonialização que visavam a proteger um conjunto de prédios e monumentos situados no Distrito Federal. Naquela década, de 1970, a transferência do Distrito Federal para o Planalto Central completava dez anos e, apesar da proteção de bens com pouca continuidade histórica não serem exatamente uma novidade - observemos o caso dos processos de patrimonialização e musealização do Catetinho - 1959, e do Museu da Cidade - não eram tão comuns assim. O que talvez chame mais a atenção nesse caso, e que justifica a escolha desses dois processos - a Pedra Fundamental e o Museu Histórico e Artístico de Planaltina - é que eles vão na contramão da história oficial da cidade - que normalmente nega a pré-existência de *civilização* nessa região do Planalto Central.

2. OBJETIVO

2.1. Objetivo Geral

Analisar os processos de musealização e patrimonialização do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental de Planaltina como parte de uma determinada narrativa que conforma a transferência da capitalidade da nação para o Planalto Central.

2.2. Objetivos Específicos

- Apresentar a narrativa elaborada para o processo de tombamento do imóvel que abriga o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, abordando igualmente os processos que transformaram em museu.
- Apresentar a narrativa elaborada para o processo de tombamento da Pedra Fundamental de Planaltina.
- Relacionar as iniciativas de patrimonialização em âmbito federal e em âmbito local.
- Avaliar o processo da musealização e patrimonialização nas instituições de guarda e proteção no Distrito Federal.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Um dos motivos que nos motivou a essa pesquisa foi a constatação que há pouquíssimos estudos sobre a política desenvolvida pelo Distrito Federal para museus e patrimônio cultural. Há museus – cerca de 90 – segundo o *Museus em Números*, publicação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)². Desse conjunto, menos de 10% pertence ao Governo do Distrito Federal. São eles: Museu da Cidade, Museu do Catetinho, Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Museu Vivo da Memória Candanga, Memorial dos Povos indígenas, Museu de Arte de Brasília e Museu Nacional da República. Há igualmente cerca de 30 bens tombados pelo Governo do Distrito Federal conforme nota de rodapé de n. 1. Se agregarmos os bens tombados no Distrito Federal, mas no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional esse número chega a 50 bens tombados.

Entretanto, essas práticas de musealização e patrimonialização não eram objeto de estudo, não eram problematizadas. Eram vistas como a execução de uma política cultural que era dever do Estado.

Só recentemente, especialmente com criação do Curso de Museologia da Universidade de Brasília é que começou-se a desenvolver estudos específicos sobre a patrimonialização de bens culturais do Distrito Federal como é o caso do Processo de tombamento da Caixa d'água da Ceilândia (PEREIRA, 2017) e da política para o patrimônio imaterial analisado no âmbito do processo de Registro do Clube do Choro (SANTOS, 2015 e GÓES, 2019).

A área da arquitetura e do urbanismo também apresenta alguns trabalhos. Destacamos aqui a tese recém defendida por Barbosa (2021) intitulada *O Patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento (1959-2014)*.

Nesse trabalho, Barbosa conclui que o valor atribuído ao Museu Histórico e Artístico de Planaltina e à Pedra Fundamental de Planaltina dizem respeito à relevância desses dois monumentos naquilo que ficou conhecido como a história

² Disponível em https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf
Acesso em 18/10/2021.

oficial da transferência do Distrito Federal para o Planalto Central. Os processos trazem uma interpretação de que a relevância do imóvel que abriga o museu em epígrafe e o monumento “Pedra Fundamental” se restringe a serem elementos que auxiliam na construção da epopeia da transferência da capital para Brasília.

Bem, antes de procedermos à análise dos processos, propondo uma leitura a partir de balizas da Museologia, é necessário, a fim de homogeneizar entendimentos, discorrermos sobre a formação de Planaltina para podermos compreender a elaboração de outros passados possíveis para essa patrimonialização.

Planaltina é considerada a Região Administrativa do Distrito Federal mais antiga. Apesar das dificuldades em encontrarmos bibliografias e documentação adequadas, aquelas de que tivemos acesso e que apresentam uma leitura mais crítica, nos informam que suas origens remontam ao século XIX, tendo sido o ano de 1859 considerado o ano de fundação da cidade que já era uma freguesia desde 1811 (PALLAZO, 2015). Há aqueles que igualmente retrocedem a existência da cidade ao início do ciclo da mineração na região - ou seja - século XVIII, a partir da vila de Mestre d'Armas, caminho da estrada da Bahia em direção à região mineradora em Goiás (SILVA, 2016).

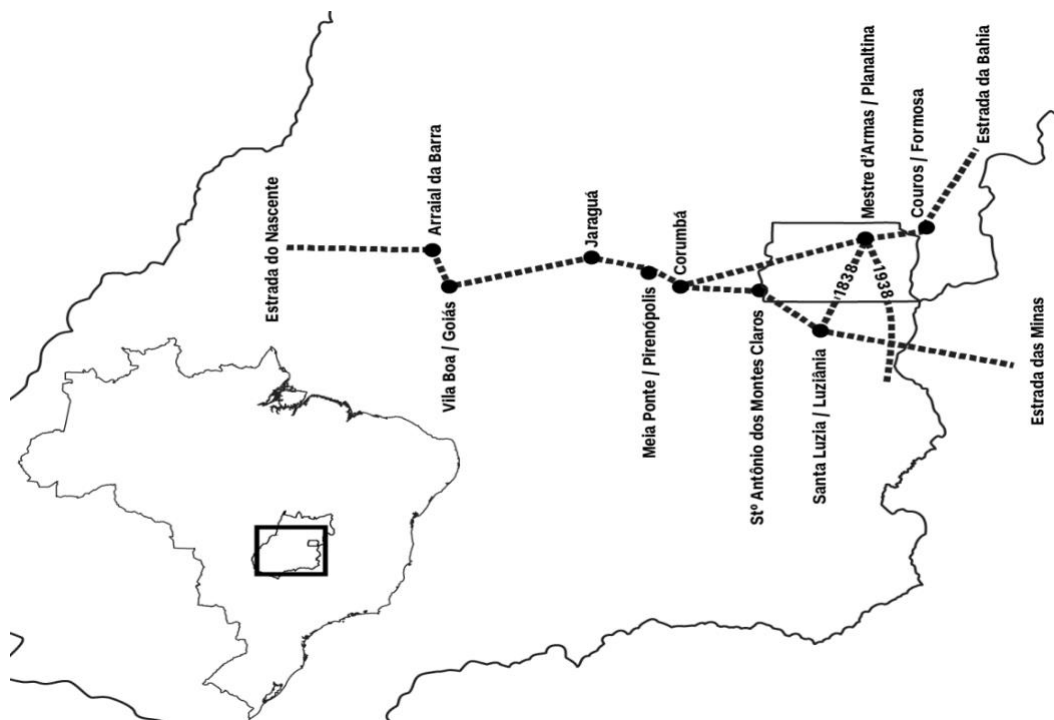


Figura 1: Mapa.

Fonte: PALAZZO, 2015, 364.

Defendemos que a transferência do Distrito Federal para a região demarcada e conhecida como Quadrilátero Cruls acompanhada de todo o discurso mudancista acabou por nublar as iniciativas de grupos que desde meados do século XIX buscavam inserir a região nos padrões civilizatórios e modernos, em detrimento de um discurso de que essa civilização e modernidade haviam sido obra do Governo JK (1956-1960). Dito de outra forma, a transferência do Distrito Federal para a região demarcada pela Comissão Cruls (1892-1894) retirou de determinados grupos do estado de Goiás o protagonismo que haviam tido em seu esforço de inserção do estado de Goiás naquilo que se identificava como um padrão de civilização esperado. De alguma forma, acreditamos que os processos de musealização e patrimonialização tanto do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental de Planaltina poderiam recuperar essa narrativa histórica. Entretanto, da forma como os processos foram instruídos e organizados, eles apresentam uma narrativa teleológica que confere a esses tombamentos um único passado e uma única narrativa: a da transferência do Distrito Federal para o Planalto Central por meio da iniciativa do Governo JK e não desses grupos que, seguindo protagonismos de outrora, buscavam marchar em direção à civilização e à modernidade.

4. REFERENCIAL METODOLÓGICO

A proposta metodológica desta pesquisa é básica e sua natureza é qualitativa pois se propõe a analisar processos produzidos no âmbito administrativo da área de cultura do Governo do Distrito Federal, buscando identificar por meio dos documentos e de sua seleção o viés de uma política para museus e patrimônio no Distrito Federal.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, ela é analítica uma vez que irei analisar os processos que envolveram a musealização e a patrimonialização de bens no Distrito Federal: o caso do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e a Pedra Fundamental de Planaltina. Os dados da minha pesquisa foram coletados por meio de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. São utilizados como documentos os processos de patrimonialização do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental, ambos custodiados pelo arquivo da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

5. CAPÍTULO 01 - MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PLANALTINA

O presente capítulo tem como objetivo tratar dos processos de musealização e patrimonialização do imóvel localizado à Praça Salviano Monteiro, s/nº na Região Administrativa³ de Planaltina, DF, conhecido como Museu Histórico e Artístico de Planaltina.

Definir as fronteiras entre a musealização e a patrimonialização é tarefa necessária, mas pouco simples. A musealização se refere a um conjunto de processos que atribuem valor simbólico a um conjunto de objetos. Nas palavras de Bruno Brulon (2018)

a musealização (...) dependeria de uma abordagem ativa, que perpassa três ramificações previstas na teoria da Museologia proposta pelo autor: a seleção, a tesauroização e a comunicação. É, portanto, a partir da teoria stranskiana que se passaria a entender a musealização como um processo social em cadeia. (BRULON, 2018, p. 196)

O imóvel (originalmente pertencente à família Guimarães) e o acervo em seu interior foram musealizados em 1974. Por meio do Decreto 2.452 de 29 de novembro de 1973, o imóvel em questão é declarado de utilidade pública e de interesse social. Mesmo sendo um decreto específico de declaração de utilidade pública, o documento destaca em seu preâmbulo três considerações que nos interessam destacar:

Considerando que a Cidade Satélite de Planaltina é o mais antigo núcleo histórico e Cultural encontrado dentro do Distrito Federal;
 Considerando que a Cidade de Planaltina constitui repositório de tradições, costumes e cultura da civilização do Planalto Central, anteriores à criação de Brasília;
 Considerando a necessidade de criação do Museu Histórico e Artístico de Planaltina para conservar o mencionado patrimônio histórico cultural; (...)
 (GDF. Decreto 2452/1973)

³ Região Administrativa VI. Localidade já existente antes do início da construção de Brasília, foi desmembrada do Estado de Goiás por meio do decreto n. 4 de 1960. DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 4, de 10 de maio de 1960*. Dispõe sobre a divisão do território do Distrito Federal, para efeito de fiscalização e arrecadação das rendas públicas. Planaltina tem suas origens no século XVIII como localidade denominada São Sebastião de Mestre d' Armas. Em 1811, a freguesia foi criada oficialmente como parte do estado de Goiás. Foi elevada a distrito em 1859, data considerada oficialmente como de sua fundação. Cf. PALAZZO, 2015.

As considerações apresentam afirmações que destacam a existência de uma “cultura da civilização do Planalto Central, anteriores à criação de Brasília” e, daí, decorre, a nosso ver, sua importância. A proteção, por meio do tombamento, desse imóvel indica a possibilidade de emergência de outros passados para o Distrito Federal que não aquele “oficial” que sinalizava, mesmo que de forma retórica, que aqui não havia nada.

Observa-se que na mesma época teve início os estudos para o tombamento do imóvel. O processo de patrimonialização aberto à época recebeu o número 321.013/73 - GDF que a princípio conteria as informações necessárias para legitimar a proposta de tombamento do imóvel que sedia o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, como bem cultural. Temos aqui claro processo de musealização e patrimonialização.

O dossiê do Museu Histórico e Artístico de Planaltina possui documentação relativa tanto à transformação do imóvel em museu, em 1973, quanto ao seu tombamento, em 1982. O discurso de criação do museu foi apropriado pelos técnicos do patrimônio e acabou por integrar a narrativa de tombamento, confundindo-se com ela (BARBOSA, 2021, p. 156).

Recuperando a necessidade de retomar as aproximações entre os processos de musealização e patrimonialização destacadas acima, podemos asseverar que os processos de patrimonialização assim como os de musealização necessariamente destacam um conjunto de valores que operam a partir do universo simbólico dos grupos e sociedades. A patrimonialização, entretanto, envolve sempre um reconhecimento por parte das diferentes esferas da administração pública o que não é incontornavelmente necessário nos casos de musealização. Ademais, a patrimonialização não retira o bem patrimonializado do universo econômico, uma vez que, com exceção dos bens públicos patrimonializados, os privados podem ser objeto de alienação. Observemos, inclusive, que no caso da legislação federal brasileira, há uma série de regulamentações infra a Lei 11.904 e seu regulamento, o decreto 8.124/2013 que estabelecem, por exemplo, a categoria de bem musealizado de interesse público, inviabilizando a alienação dos mesmos. Essa iniciativa, ainda que recente aproxima os processos de musealização daqueles de patrimonialização.

Como retomaremos mais adiante, os bens musealizados naquela ocasião foram móveis que ocupavam a sala de visitas do imóvel, a maior parte datando da década de 1930. Segue a lista que consta no processo:

- 1 mesinha de centro.
- 1 porta-chapéu.
- 6 cadeiras.
- 1 sofá.
- 2 poltronas, assento de palhinha, e encosto de veludo estampado.
- 2 cantoneiras.
- 1 piano importado, alemão - ano 1925 - marca Wilhelm Spaethe.
- 2 armários prateleiras - ano 1930 - madeira.
- 1 relógio de parede - ano 1899.
- 1 mesa de madeira com 2,25 metro de comprimento - ano 1906.
- 6 cadeiras de madeira.
- 1 cristaleira - ano 1940.
- 1 guarda louça - ano 1930.
- 1 filtro fiel 4 velas - ano 1935.

No processo não há referência ou justificativa para a musealização desses bens e não de outros. Como poderá ser observado mais adiante, o processo nos permite inferir que eles foram musealizados por estarem no imóvel e não por uma avaliação acerca de sua musealidade⁴. Não foi registrado no processo a existência de outros móveis ou objetos em outros cômodos da casa.

Outro aspecto que nos chama a atenção é que o processo não faz referência à relação entre o contexto da cidade e o ambiente/móveis da casa no contexto dos anos 1930/1940. Esses “segmentos do universo físico culturalmente apropriados...” (REDE, 1996, 265). Afinal, todos fazem de suas casas um armazém de memórias. Que memórias esses móveis poderiam nos contar? Uma delas talvez se referisse ao ano de 1936. Provavelmente a casa deveria estar em festa considerando que Francisco Mundim Guimarães foi nomeado prefeito pelo interventor do Estado, Pedro Ludovico, cargo que ocupou até 1943. Em 1938, outra conquista comemorada com certeza entre suas paredes: Planaltina assumiu o estatuto de cidade do estado de Goiás, abandonando a denominação de vila (GUIMARÃES, 2009, p. 118-120).

⁴ Qualidade ou valor dos objetos de museu. Cf. BRULON, Bruno, 2017, p. 412.

O imóvel que abriga o Museu em epígrafe foi um dos primeiros bens tombados pelo Governo do Distrito Federal no início dos anos 1980⁵ quando Brasília ainda não possuía autonomia administrativa e nem legislativa. Como é do conhecimento de todos, a autonomia do Distrito Federal data de 1988, após a promulgação da Constituição. Até essa data, as leis para o Distrito Federal eram elaboradas por uma comissão do Senado Federal e o representante do Executivo, nomeado. Observe-se que, pela ausência de legislação que regulamentasse os processos de tombamento, o imóvel que abriga o Museu Histórico e Artístico de Planaltina foi tombado por meio de Decreto do Poder Executivo do Distrito Federal - Decreto 6.939 de 19 de agosto de 1982. De acordo com o Decreto, trata-se de Tombamento Provisório. Este detalhe chama a atenção: como observamos, não havia legislação de tombamento para o Distrito Federal - a Lei 47 só foi promulgada em 1989. Acreditamos, portanto, que se optou por seguir a legislação federal de Patrimônio - o Decreto-Lei 25/1937 - que estabelece em seu artigo 10º a possibilidade de tombamento provisório⁶.

Sobre o processo de tombamento do imóvel que sedia o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, por motivos desconhecidos, o processo original foi extraviado. Com o intuito de resguardar a memória do processo, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (Depha) remontou o processo em julho de 2007 com cópias dos documentos que conseguiram recuperar. Atualmente o processo tem 41 (quarenta e uma) folhas. Acreditamos que os problemas de sequenciação que podem ser verificados no processo podem ter relação com o extravio do processo original.

O processo recebeu o título de MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PLANALTINA - TOMBAMENTO. A agência responsável pelo processo era a Secretaria de Educação e Cultura por meio de seu Departamento de Cultura; os arquitetos envolvidos no processo foram Adenir José de Oliveira Sousa, Maria Zilda de Oliveira e a historiadora Celina Lamounier D'Alessandro.

A primeira observação que se destaca ao analisar este processo é a sua estrutura. Ao observar outros processos de tombamento levados à frente pelo órgão de Cultura do DF, desta década de 1970 e da seguinte, identificamos que essa

⁵ O Decreto de Tombamento (provisório) data de 1982. A Abertura do processo como podemos observar pela numeração é de 1973. A criação do museu é do ano de 1974.

⁶ Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo. Parágrafo único. Para todas os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

estrutura se repete. A compreensão à época era que os elementos necessários e suficientes para a instrução de um processo de tombamento seriam: (1) a apresentação do histórico do Imóvel; (2) a organização de uma Ficha Técnica; (3) a elaboração de um Memorial Descritivo; (4) o Tombamento; (5) Fotografias e (6) Plantas. Passaremos a analisar o conteúdo de cada um desses itens.

A primeira parte do processo, que corresponderia à apresentação do histórico do imóvel foi intitulada de "Preservação de uma Casa com Gosto de História". Nela, apresenta-se um texto resultado de uma escolha acerca dos momentos da trajetória do imóvel que, por sua seleção, receberam a qualificação de "históricos". Compreende-se que esses momentos escolhidos justificariam a transformação da casa em um museu histórico e o respectivo tombamento do imóvel. Observa-se que na construção desses elementos, o imóvel e os objetos são subjetivados como se eles tivessem vida e conseqüentemente vontade própria. No caso, o texto afirma: "A casa e os objetos (...) ficaram vigiando o planalto, eles atestam o desenvolvimento material e social de uma cidade." As evidências selecionadas para compor o processo se referem à antiguidade do imóvel e ao fato do imóvel ter recebido integrantes de caravanas e comissões como a de Exploração do Planalto Central. O processo destaca que a casa e os objetos receberam (nova subjetivação), além dos integrantes da Missão Cruls (1892-1893)⁷, o Engenheiro Ernesto Balduino de Almeida (1922)⁸, a Comissão Poly Coelho (1946)⁹, a Comissão José Pessoa (1954)¹⁰.

Para legitimar o processo de tombamento, ocorreram encontros com a comunidade que, segundo o processo, tinha interesse na preservação do bem histórico. O museólogo Sérgio Guimarães Lima emitiu um laudo com a sugestão de transformar a casa em um Museu oficial e junto com os responsáveis pelo processo propôs o tombamento do imóvel. O documento faz referência a iniciativas da comunidade de Planaltina coevas ao período como o I Encontro do Patrimônio Cultural de Planaltina realizado pela Fundação de Cultura e a Sociedade dos Amigos do Museu de Planaltina.

⁷ A Comissão Exploradora do Planalto Central, a Missão Cruls (1892-1893) recebeu este nome em decorrência do responsável pela Missão, o diretor do Observatório Nacional, o belga Luis Cruls. A Missão demarcou uma área de 14.400 Km² que ficou conhecida como Quadrilátero Cruls.

⁸ Responsável pelo processo de instalação da Pedra Fundamental de Planaltina em 1922, quando das comemorações do Centenário da Independência do Brasil.

⁹ Em 1946, foi organizada nova comissão para avaliar a atualidade das observações feitas pela Missão Cruls. O objetivo era transferir a capital do país para o interior de Goiás.

¹⁰ Nova comissão para definir a área onde seria construída a futura capital do país.

O capítulo “Os Antecedentes Legais do Imóvel” dedica-se à narrativa da desapropriação do imóvel que pertencia ao casal Francisco Mundim Guimarães¹¹ e Maria América Guimarães¹². Ou seja, é um capítulo do processo que retoma a questão da criação do museu. O capítulo compõe o item 2 - Organização de Ficha Técnica.



Figura 2: O casal Francisco Mundim Guimarães e Maria Amélia Guimarães.

Fonte: Guimarães, 2009, p. 126.

Acreditamos que aqui, o GDF se utilizou do modelo dos processos de tombamento em âmbito federal. Isto porque, como o Decreto-Lei 25/1937 indica a necessidade dos processos de tombamento observarem a situação do imóvel, normalmente isso é feito instruindo os processos com certidões obtidas em cartórios de forma a apresentar a situação oficial/atual do imóvel. O Administrador Regional de Planaltina à época, Francisco Pereira, solicita ao Secretário de Governo Joiro Gomes

¹¹ Filho do casal Antonio Gonçalves Guimarães e Floricena Mundim. Era afilhado do Coronel Salviano Monteiro Guimarães e Olívia Campos Guimarães. Foi Prefeito de Planaltina.

¹² Nascida a 11 de outubro de 1906, foi a quinta filha do casal Salviano Monteiro Guimarães e Olívia de Campos Guimarães.

da Silva a desapropriação amigável da casa. O casal Francisco Mundim Guimarães fez uma proposta de venda à administração. O casal encaminhou a proposta para a administração e na folha cinco do processo podemos analisar o que estava em negociação.

O imóvel pretendido está localizado na Praça Coronel Salviano Monteiro, nº 24, Lote A, Av. Goiás com Praça Coronel Salviano Monteiro, Quadra 57, Setor Tradicional. A área construída era de mais ou menos 275 m². Tratava-se de uma casa antiga em uma posição privilegiada, situando-se bem no centro da cidade. O documento número 01/73-GDF da Coordenação de Administração Regional - Administração Regional de Planaltina/DF, Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, ilustra a divisão e desmembramento da Quadra 57 enuncia as características do imóvel, seus limites e mensuração respectivamente:

- ao Norte, com Avenida Goiás, vinte e cinco metros (25,00m).
- ao Sul, Lote sem número, com vinte e cinco metros (25.00m).
- a Leste, Praça Coronel Salviano Monteiro, com vinte e cinco metros e trinta e oito centímetros (25.38m).
- a Oeste, Lote "B" com vinte e três metros e noventa centímetros (23.90m).

A descrição do Lote A indica que ele ocupa seiscentos e três metros e oitenta e três centímetros quadrados (603,83 m²).

O valor proposto foi de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros). Além do imóvel também foi proposta a venda do mobiliário por sua antiguidade. O mobiliário foi avaliado em Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) e os seguintes bens foram arrolados:

- Sala de visitas - ano 1930
- 1 mesinha de centro.
- 1 porta-chapéu.
- 6 cadeiras.
- 1 sofá.
- 2 poltronas, assento de palhinha, e encosto de veludo estampado.

- 2 cantoneiras.
- 1 piano importado, alemão - ano 1925 - marca Wilhelm Spaethe.
- 2 armários prateleiras - ano 1930 - madeira.
- 1 relógio de parede - ano 1899.
- 1 mesa de madeira com 2,25 metro de comprimento - ano 1906.
- 6 cadeiras de madeira.
- 1 cristaleira - ano 1940.
- 1 guarda louça - ano 1930.
- 1 filtro fiel 4 velas - ano 1935.

A casa foi herdada pelo casal Francisco Mundim Guimarães e Maria América Guimarães. Antes pertencera ao Senhor Salviano Monteiro Guimarães e Dona Olívia de Campos Guimarães. Segundo o processo, buscas foram realizadas no Cartório de 2º ofício e segundo a escritã Aurea Gonçalves, uma certidão de 09/03/1960 confirma que o Senhor Francisco Mundim Guimarães era o único herdeiro do casal.

O capítulo “TODO UM PASSADO PRESENTE” se baseia na reportagem sobre o Museu, do dia 21/04/1973 no Jornal de Brasília em que apresenta uma reportagem intitulada “MUSEU DE PLANALTINA, UMA CASA COM GOSTO DE HISTÓRIA” e anuncia a pretensão do governo de desapropriar o imóvel para fins culturais. Como podemos analisar no processo, a imprensa foi bem atuante na musealização e tombamento do Museu, a seguir podemos observar que diversas reportagens foram feitas a respeito do assunto.

A Primeira Exposição de objetos Históricos de Planaltina foi realizada pela Unidade Móvel de Orientação SESC - UNIMOS, e foi abrigada na residência do senhor Francisco Mundim Guimarães que futuramente iria dar espaço ao Museu de Planaltina. A exposição teve como objetivo destacar o patrimônio da cidade. A casa do Senhor Francisco Mundim foi colocada em pauta como ‘CASA COM GOSTO DE HISTÓRIA’ retomando a importância da casa na realização das explorações no Planalto Central praticadas pelas Comissões que visavam à transferência da capital federal.

No dia 06/04/1973 o Diário de Brasília publica uma nota sobre a “EXPOSIÇÃO MOSTRA PLANALTINA ANTIGA” e salienta o acervo da exposição que foi doada e/ou emprestada pelos moradores da cidade e era composta por objetos de arte do Barroco, livro de batismo e de registro de casamento de 1906, uma coroa de prata da

festa do Divino, documentos e recortes de jornais de 1904, várias armas e variados objetos e a cama onde nasceram os primeiros descendentes do Coronel Salviano Monteiro Guimarães¹³.

Com o título “OBJETOS HISTÓRICOS” o Diário de Brasília no dia 05/04/1973 divulga também a exposição. E o jornal O Distrito Federal de 10/04/1973, também com o mesmo título “OBJETOS HISTÓRICOS” comenta sobre a exposição. A abertura foi realizada pelo Administrador Regional Francisco Farias Pereira e destaca que o local da Exposição era a residência do casal Francisco Mundim Guimarães e Maria América Guimarães, nesta abertura ele frisa que a casa foi construída no século XIX, por Afonso Coelho da Silva Campos e foi vendida aos ascendentes dos então proprietários (Ver nota 8).

No processo está faltando a página dez deixando uma pequena lacuna.

Na página 11 entra em destaque a Procuradoria Geral, responsável pelo parecer número 12/73, emitido em 13 de setembro de 1973, pelo Procurador Oscar de Castro, nos termos do artigo 29 do Decreto-Lei número 3665, de 21/06/1941, observa a possibilidade de desapropriação do imóvel, mas indica a necessidade de destacar a utilidade pública do mesmo.

O Procurador conclui que: “Nada impede a aquisição do imóvel escolhido para o Museu, obedecidas as seguintes providências:

- a) declaração de utilidade pública do imóvel;
- b) nomeação de uma Comissão para proceder à avaliação do imóvel; e,
- c) obtenção da concordância do proprietário com a avaliação.

O parecer do Procurador é uma forma de justificar o uso do dinheiro público na compra deste imóvel, também é destacada a importância da instalação do Museu, pois aumentaria o movimento turístico da Capital Federal.

No dia 22/11/1973 o Secretário de Governo Joiro Gomes da Silva apresenta ao Governador Hélio Prates a pretensão da Administração Regional de Planaltina de instalar um museu na cidade e as justificativas que deram embasamento para tal feito e no documento concretiza o interesse da área da cultura do Governo de concretizar

¹³ Filho de Pedro Monteiro Guimarães e Francisca de Almeida Campos. Comercializava gado em diferentes estados da federação. Casou-se com Olívia de Almeida Campos com quem teve oito filhos. Com a morte de dois de seus filhos, vitimados pela febre do Paraná, o casal decide se mudar para Rio Verde das Abóboras. No caminho visitaram a irmã de Olívia Campos Guimarães que morava em Mestre d'Armas (atualmente Planaltina). Decidem ficar e Salviano Monteiro Guimarães adquire a casa, ainda em construção, na praça da cidade. (GUIMARÃES, 2009, p. 60-62).

a criação do Museu. Acrescenta-se ao processo então o Decreto n. 2452 que declara a utilidade pública e interesse social do imóvel.

Houve manifestação formal da Fundação Cultural do Distrito Federal por meio de parecer circunstanciado do assessor Walter Albuquerque Mello que se baseou no conceito de Museus do Conselho Internacional de Museus. O Diretor da Fundação Cultural do DF acolhe o parecer de Walter Mello e encaminha para parecer do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural do DF. O Conselheiro Relator, Dr. Ivan Luz, acolheu o parecer de Walter Mello, dando o parecer favorável. Observa-se que os pareceres não instruem o processo, o que compromete a identificação dos valores patrimoniais atribuídos aos objetos e ao imóvel. Recomenda-se que a atual Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal envide esforços para localizar esses documentos que devem ser acostados ao processo.

Na sequência de instrução do processo, há o Decreto 2.452/1973 que declara de interesse público o imóvel que sediará o museu com seu mobiliário como já foi mencionado no início deste capítulo. Há menção a um laudo de avaliação aprovado pelo Governador Hélio Prates, mas o documento em si não consta do processo. À página 26 do processo, afirma-se que o governador em epígrafe delegou competência para desapropriação do imóvel ao Administrador Regional de Planaltina à época. Também se afirma que a escritura de desapropriação do imóvel igualmente constava do processo que se extraviou. Na sequência há a requisição de pagamento de CR\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) a Francisco Mundim Guimarães em março de 1974.

De acordo com documentos do processo, o Museu Histórico e Artístico de Planaltina é recebido pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura em 21 de setembro de 1977 e o processo cita que a partir dali poderiam ser iniciadas as obras de restauração do imóvel. Na sequência, há a minuta de decreto de tombamento provisório do imóvel que abriga o Museu Histórico e Artístico de Planaltina.

Podemos observar que o processo de tombamento é instruído com documentos que viabilizaram a criação do museu ao longo dos anos de 1973 e 1974. Nas palavras de Barbosa:

O dossiê do Museu Histórico e Artístico de Planaltina possui documentação relativa tanto à transformação do imóvel em museu, em 1973, quanto ao seu tombamento, em 1982. O discurso de criação do museu foi apropriado pelos

técnicos do patrimônio e acabou por integrar a narrativa de tombamento, confundindo-se com ela. (BARBOSA, 2021, p. 156).



Figura 3: Museu Histórico e Artístico de Planaltina.

Fonte: "https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/01/interna_cidadesdf,868434/museu-de-planaltina-recebera-plano-de-organizacao-e-gestao-do-espaco.shtml" \h https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/01/interna_cidadesdf,868434/museu-de-planaltina-recebera-plano-de-organizacao-e-gestao-do-espaco.shtml
Acesso em 10/10/2021.



Figura 4: Localização do museu na Região Administrativa de Planaltina.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Museu+Hist%C3%B3rico+e+Art%C3%ADstico+de+Planaltina/@-15.621169,-47.6637362,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x935a1336c06c3a3d:0xdfab25b9f146fba3!8m2!3d-15.6211784!4d-47.6615073>

6. CAPÍTULO 02 - PEDRA FUNDAMENTAL DE PLANALTINA

A Pedra Fundamental de Planaltina é um monumento arquitetônico construído em 1922 para reiterar o projeto de construção e transferência da futura capital localizada no Planalto Central por ocasião das comemorações do Centenário da Independência brasileira. O monumento está localizado no Morro do Centenário, a uma distância de 10km do núcleo urbano de Planaltina.

A ideia do lançamento de uma pedra fundamental no quadrilátero demarcado pela Comissão Cruls (1892-1894) tinha como propósito retomar a questão da transferência da Capital do país atrelando o lançamento às comemorações do centenário da Independência do Brasil. O projeto de lei 680-A, após tramitação no Congresso Nacional, deu origem ao Decreto 4.494/22 que oficializou a construção do monumento tendo sido proposto pelos deputados Americano do Brasil (GO) e Rodrigues Machado (MA) ao Congresso Nacional em 1921. O projeto foi votado e a maioria dos deputados e senadores acolheram a proposta.

O Decreto Legislativo nº 4.494 de 18 de janeiro de 1922, assinado pelo Presidente da República Epitácio Pessoa, determinou que a Pedra Fundamental da Capital Federal fosse lançada no planalto de Goiás.

Art. 1º - A Capital Federal será oportunamente estabelecida no Planalto Central do Brasil, na Zona de 14.400 quilômetros quadrados, que por força do Artigo 3º da Constituição Federal, pertence à União, para esse fim especial, já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2º - O poder executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada na ponta mais apropriada da zona a que se refere o artigo anterior, Pedra Fundamental da futura cidade, que será a Capital da União.

O enxuto Decreto foi assinado em janeiro de 1922, mas as tratativas para a efetiva construção do monumento só começaram em 27 de agosto daquele ano. Faltando apenas 10 dias para o Centenário, o diretor da Estrada de Ferro Goiás em Araguari - MG, Balduino Ernesto de Almeida, foi informado pelo Inspetor de Estradas de Ferro, Palhano de Jesus, por telegrama sobre a construção do monumento. A missão era erguer o monumento no Quadrilátero Cruls, a 450 km de Araguari/MG, e inaugurá-lo de forma solene, exatamente ao meio-dia do dia 7 de setembro.

A solução encontrada pelo engenheiro Balduino Ernesto de Almeida foi projetar uma pirâmide-obelisco de pedras artificiais, e apenas montar o conjunto no local. A

placa de bronze foi encomendada ao Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo, que após fazer o molde e fundi-la, foi imediatamente enviada para Araguari.

Os documentos informam que a placa encomendada em São Paulo chegou às 10h30 da manhã de 1º de setembro. Às 11h, partiu de Araguari uma caravana de 40 pessoas de trem, levando as "pedras" de concreto, cimento, ferramentas, alimentos, e os 17 veículos fretados, chegando a Ipameri. A ferrovia, chegava apenas até a cidade de Ipameri/GO, a comissão tinha percorrido apenas 150km, ainda faltava 300 km até o Quadrilátero Cruls, então percorreram o restante do caminho com automóveis e caminhões. Por falta de boas estradas, a caravana chegou no dia 03 de setembro no arraial de Mestre d'Armas (Planaltina).

A seguir, apresentamos o traçado das estradas de ferro e rodagem que saíram de Araguari, chegaram a Ipameri e de lá percorreram o restante do caminho por meio de estradas de ferro e rodagem que os levaram a Planaltina.



Figura 5: Mapa rodoferroviário apresentado o trajeto da Estrada de Ferro Goiás, assim como da estrada de rodagem que da cidade de Ipameri levou o grupo a Planaltina.

Fonte: SILVA, BARBOSA, 2017, p. 204.

Os documentos também nos informam que o engenheiro Balduino Ernesto quando chegou em Mestre d'Armas saiu para escolher o local do monumento, pois havia pouco tempo para a construção. O Engenheiro Balduino Ernesto de Almeida visitou os dois locais indicados para a construção do monumento e teve que escolher entre dois locais, o córrego Acampamento (local do acampamento da 2ª Missão Cruls, atualmente Parque Nacional de Brasília) e o Paranoá. Era o território preferido por Cruls para a construção da futura capital (local onde, de fato, veio a ser construída). Mas ficava a 40 km de sua base de trabalho, o arraial de Mestre d'Armas (Planaltina), e não tinha passagem para os carros e caminhões. Devido a escassez de tempo, Balduino Ernesto de Almeida decidiu então que o marco seria colocado na região compreendida entre o ribeirão São Bartolomeu, e ficava apenas a 8 km de Mestre

d'Armas e batizou o local de "Serra da Independência", e aos dois morros ali existentes atribuiu os nomes de "Morro do Centenário" e " Morro de 7 de Setembro".

No dia cinco, foi iniciada a construção do monumento que foi rapidamente concluída no dia sete de setembro, às 10 horas da manhã. Estava pronto o monumento que tinha de ser inaugurado exatamente ao meio-dia daquele mesmo dia segundo a letra da lei.

Na placa de bronze temos a seguinte inscrição:

Sendo Presidente da República o Exm.^o Sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa, em cumprimento ao disposto no Decreto 4.494, de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada em 7 de setembro de 1922, ao meio-dia, a Pedra Fundamental da futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil.

O monumento apresenta forma piramidal de base quadrada com 3.75 metros de altura, a contar das fundações. As suas faces estão orientadas pelos pontos cardeais. A placa comemorativa está situada na face oeste. A Pedra Fundamental foi construída no ponto mais alto do Morro do Centenário, proporcionando uma visão ampla em todas as direções. Ao redor do obelisco foi construída uma praça que proporciona e contribui para o bem estar dos visitantes com passeios e bancos de concreto.

Para a inauguração do monumento o Engenheiro Balduino Ernesto de Almeida organizou uma pequena confraternização. Participaram do evento representantes enviados pelos políticos. O Engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, diretor da Estrada de Ferro Goiás, com sede em Araguari (MG), representava o presidente da República, Epitácio Pessoa, por ordem do ministro da Viação, transmitida por telegrama do inspetor-geral das Estradas de Ferro, Palhano de Jesus. Arthur Póvoa participou do evento representando o presidente do Estado de Goiás, coronel Eugênio Jardim, e foi orador do evento.

O deputado estadual Evangelino Meirelles, representou o Congresso estadual (Câmara e Senado de Goiás) e o deputado federal Americano do Brasil, um dos autores do projeto de lei que determinava o lançamento da pedra fundamental. Este último fez a delegação por telegrama do Rio de Janeiro.

O intendente municipal de Formosa, Francisco Hugo Lobo compareceu ao local, Salviano Monteiro Guimarães e Nicolau Silva, autoridades em Mestre d'Armas

(Planaltina) e Santa Luzia (Luziânia), além do juiz de direito Henrique Itiberê, de Formosa também estiveram presente na inauguração da Pedra Fundamental.

Em três documentos originais, fica registrada a ata da solenidade de inauguração do monumento. Ditada por Ernesto Balduino de Almeida, e também, escrita pelo major Adelino Guaycurus Piranema e pelos engenheiros Alvaro Cardoso de Mello e Edgard Peixoto Guimarães, ambos auxiliares de Balduino.



Figura 6: A caravana no engenheiro Balduino Almeida, da Estrada de Ferro de Goiás, em Mestre d'Armas (Planaltina).

Fonte: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/1922-09-07-pedra-Fundamental-lancamento.shtml>

Acesso em 17/10/2021



Figura 7: O evento solene.

Fonte: <http://doc.brazilia.ior.br/HistDocs/Congresso/1922-09-07-pedra-Fundamental-lancamento.shtml>
Acesso em 17/10/2021.



Figura 8: O engenheiro Balduino, ao final da missão impossível.

Fonte: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/1922-09-07-pedra-Fundamental-lancamento.shtml>
Acesso em 17/10/2021.

O Processo de Tombamento da Pedra Fundamental

Localizada no Morro do Centenário a 1033m de altitude e 40 graus e 30" de latitude a oeste do Rio de Janeiro - Planaltina - DF a Pedra Fundamental foi tombada pelo Processo número 125.274/81-GDF, Inscrição número 003, Livro II - Edifícios e Monumentos Isolados - DePHA/GDF, Folha 001, em 18/11/1991. Decreto de Tombamento 7.010 de 07/09/1982, publicado no DODF de 08/09/1982, ou seja, exatos 60 anos depois de sua inauguração.

A Pedra Fundamental faz parte da construção de uma narrativa histórica de Brasília como antecedente de sua construção, já que precede Brasília em 38 anos. O processo de tombamento da Pedra Fundamental é dividido em dois momentos: o ano

de 1922, seu lançamento, que ocorreu no Centenário da Independência do Brasil, e sessenta anos depois em 1982, com o seu tombamento.

O processo recebeu o título de PEDRA FUNDAMENTAL DA FUTURA CAPITAL FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL - Tombamento do monumento e seu entorno. As agências responsáveis pelo processo foram a Fundação de Cultura do Distrito Federal e a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico - DePHA; a historiadora envolvida no processo foi a Celina Lamounier D'Alessandro.

Atualmente o processo têm 171 (cento e setenta e uma) páginas e a sensação que temos é que reuniram todos os documentos existentes sobre a construção da Pedra Fundamental e transformaram em apenas um único documento para realizar o processo de tombamento, pois aparentemente os documentos não seguem uma ordem ou sequência.

A primeira observação que se destaca ao analisar este processo é a sua estrutura e elaboração. O processo é dividido da seguinte forma: (1) histórico do monumento; (2) a organização de uma Ficha Técnica; (3) a elaboração de um Memorial Descritivo; (4) o Tombamento; (5) Fotografias e (6) Plantas. Passaremos a analisar o conteúdo de cada um desses itens.

Decerto, é importante destacar que o Engenheiro Balduino Ernesto de Almeida guardou documentos e objetos usados no dia da inauguração da Pedra Fundamental. Segundo documentos que instruem o processo, todo o material referente à inauguração da Pedra Fundamental foi musealizado pela família do engenheiro por meio da doação feita ao Museu Ipiranga no ano de 1939. Segundo os documentos do processo foram doados 4 rolos de filme 35mm, a Bandeira Nacional, que foi hasteada no lançamento da Pedra Fundamental e o relatório oficial. Identificamos nessa doação ao Museu Paulista uma iniciativa de musealização daquele evento. Segundo a documentação, a viúva do engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, a Sr.^a Velda de Almeida, por meio de seu sobrinho, Helio Santana de Almeida procedeu às tratativas que levaram à musealização dos documentos.

Conforme Regina Abreu (1996, p. 28) assevera, a doação de acervos para um museu não é tarefa banal, uma vez que implica a análise e interpretação de um conjunto de relações sociais.

Não sabemos ao certo o que motivou a doação por parte da esposa de Balduino Ernesto de Almeida, a Sr.^a Velda Almeida, mas com certeza, naquele ano de 1939, ela viu sentido em proceder à doação dos documentos ao Museu Paulista.

Acreditamos que, provavelmente, por dois motivos: o primeiro, e talvez o mais representativo, pode dizer respeito ao silenciamento do Governo Federal no que se refere à transferência da capital para a região demarcada como *Quadrilátero Cruls*. Desde o lançamento da Pedra Fundamental até o ano da doação – 1939 – desconhecemos quaisquer outras iniciativas do Governo para proceder à transferência da capital, salvo o fato da Constituição de 1934 manter a questão da transferência da capital para o interior; em segundo lugar porque dentre os museus e espaços de memória existentes, talvez ela considerasse o Museu Paulista como o mais diretamente relacionado à história da independência brasileira. Mas são todas conjecturas uma vez que não conseguimos encontrar documentos que pudessem nos indicar o que de fato a motivou.

Imaginamos que ela identificou naqueles documentos uma memória pública que, acreditava, poder transformar em História pública por meio dessa doação.

O primeiro aspecto que apresentamos, nos interessa porque permite pensar o lançamento da Pedra Fundamental em 1922, por ele mesmo, tentando identificar os significados que teve naquele determinado momento; isto porque com a transferência da capital para Goiás e a inauguração de Brasília, o lançamento da Pedra Fundamental “entrou para a história” como mais um dos capítulos para a transferência da capital para Brasília.

Assim, vejamos o que podemos dizer sobre esse episódio. Assinalamos que quando os documentos sobre a história de Brasília incorporam o lançamento da pedra fundamental de Planaltina como um capítulo para a consecução da transferência, perdem-se as tensões e dúvidas que aqueles homens e mulheres tinham acerca da transferência da capital ou não. Quem foram aqueles agentes que viviam o futuro como indeterminação e que não sabiam que 38 anos depois a capital seria efetivamente transferida?

Neste sentido, a história oficial da transferência da capital federal para o interior de Goiás se constituiu a partir de uma visão teleológica dos processos históricos. Nessa história narrada oficialmente, só havia um presente possível: a transferência da capital para o quadrilátero demarcado no final do século XIX no estado de Goiás. Este acontecimento – Brasília – surge linearmente de um passado que, por sua vez, também é o único possível, eliminando, assim, tudo aquilo que não se adequava a essa narrativa.

No processo de Tombamento da Pedra Fundamental, foram juntados e anexados diversos documentos que incrementam a documentação e dão embasamento para a realização do tombamento, desde a construção do marco em 1922 até 1986. O monumento evoca o seu valor histórico, primeiramente como marco que celebra os 100 anos da Independência do Brasil e posteriormente um Monumento que prevê a construção da Nova Capital do Brasil. É nítido o uso da historicidade do Monumento para dar embasamento e justificativas para a sua proteção e tombamento, destacando sempre o uso da narrativa que antecede a construção de Brasília e que o monumento foi o marco para dar início à construção da Nova Capital.

No decorrer do processo é apresentado nos capítulos “Iniciativas com vistas à interiorização do país” e “ Identificação do local destinado à nova sede da capital do país” toda a narrativa que antecede à mudança e interiorização da Capital do Brasil, os argumentos apresentados e usados por intelectuais que defendiam essa iniciativa desde do Império até a efetiva transferência realizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Analisando a conjuntura de todo o processo, o Engenheiro Balduino Ernesto de Almeida ganha papel de destaque, sendo colocado ao lado de personagens relacionados ao movimento mudancista e de interiorização da capital, quase como um herói, foi o responsável pela missão.

Os personagens pertinentes ao movimento mudancista, são lembrados, construindo uma narrativa que antecede à construção de Brasília, estabelecendo um contexto histórico e motivos para o lançamento da Pedra Fundamental e em um futuro próximo a construção da Nova Capital.

A Ata de Lançamento da Pedra Fundamental da futura Capital da República foi escrita a mão e os participantes do evento assinaram a ata registrando de forma oficial a presença no evento. Depois em 1982 outra Ata é elaborada, mas para celebrar e comemorar o tombamento da Pedra Fundamental do Distrito Federal. Como forma de lembrar e simbolizar o evento de tombamento também foi realizado às doze horas, assim como também foi feito na inauguração.

Identificamos no processo documentos do governo que determinam a construção do monumento, orçamentos com os valores que poderiam ser usados para a obra, autorizações e nomeações de encarregados e responsáveis para a realização da empreitada. No processo também há uma cópia do cartório referente a doação do terreno do Morro do Centenário para o governo.

É interessante destacar a presença de algumas páginas no processo que são cópias de um livro que conta a história da Pedra Fundamental, essas páginas são anexadas ao processo provavelmente com a intenção de agregar mais conteúdo ao processo, porém não é mencionado e nem referenciado quem é o autor e qual livro é. As páginas anexadas ao processo contam toda a narrativa que antecede a construção da capital, podemos observar o tanto que essas histórias são usadas para justificar e dar um valor histórico a todos os atos que envolvem a construção da capital.

Analisando as fotos da inauguração do Obelisco é perceptível que foi construído apenas o monumento e posteriormente em algum momento foi feita uma singela praça em volta do monumento. A praça melhorou o aspecto do local e trouxe mais conforto ao visitante.

Na década de setenta em Brasília começa um movimento para identificar e criar uma política de preservação do patrimônio do Distrito Federal, a partir dessa iniciativa a Pedra Fundamental é incluída nesse projeto, sendo então preservada e tombada como patrimônio.

A convite do governador do Distrito Federal, José Ornellas de Souza Filho, a cerimônia de tombamento foi realizada na comemoração do 60º aniversário do lançamento da Pedra Fundamental do Distrito Federal. Os descendentes de personalidades que participaram do lançamento da Pedra Fundamental foram convidados para participar do evento. A Yedda Pessôa dos Santos Mouta foi convidada e participou do evento, ela era descendente do Presidente Epitácio Pessôa, que foi presidente na época do lançamento da Pedra Fundamental.

O discurso do Governador José Ornellas de Sousa Filho, resgata novamente a narrativa do discurso que antecede a construção da capital e destaca os esforços da Secretaria de Cultura em preservar e proteger os valores e bens culturais do Distrito Federal.

Utilizaram do Decreto-Lei número 25 de 30 de novembro de 1937 que dispõe sobre a Organização e Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para dar formalidade e legitimidade ao processo de Tombamento da Pedra Fundamental.

Foi solicitado pela Secretaria de Cultura ao Museu Paulista de São Paulo informações sobre a existência de documentos referentes à Pedra Fundamental. Solicitações sobre documentos referentes a Pedra Fundamental também foram feitas ao Centro de Documentação e Informações da Câmara dos Deputados, solicitando uma cópia do “Projeto Pedra Fundamental”, bem como decisões do Legislativo,

promulgação e determinação para a execução do assentamento do monumento. O Museu Paulista e a Câmara Legislativa enviaram cópias dos documentos que tinham em seu acervo para a Secretaria de Cultura.

Presente no processo, temos o convite para o Ato do Tombamento, uma lista com sugestões para a relação de convidados para o ato. Na lista aparece o nome dos descendentes da família do Presidente Epitácio Pessoa e do Deputado Americano do Brasil. O que chama a atenção é que a Yêdda Pessôa dos Santos Mouta (descendente do Presidente Epitácio Pessoa) e Vera Americano Bueno (descendente do Deputado Americano do Brasil) são personalidades que trabalham com a cultura, talvez seja apenas uma coincidência, mas o fato é curioso.

A opinião do Conselho Comunitário de Planaltina foi pautada e levada em consideração, em resposta por meio de uma carta enviada a Secretaria de Cultura eles aprovaram a proposta de tombamento da Pedra Fundamental do Distrito Federal e seu entorno.

Mapas foram juntados ao processo, alguns são referentes à construção da Pedra Fundamental e outros após a construção de Brasília e a localização atual da Pedra Fundamental.

A Secretaria de Cultura fez um pedido a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de um carimbo alusivo às comemorações, mas que não sabemos se foi realmente confeccionado.



Figura 9: Pedra Fundamental de Planaltina.

Fonte: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/08/pedra-fundamental-maior-sacra-do-df-veja-curiosidades-de-planaltina.html>
Acesso em: 10/10/2021.



Figura 10: Localização da Pedra Fundamental de Planaltina.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Pedra+Fundamental+de+Bras%C3%ADlia+-+7+setembro+1922/@-15.6852926,-47.6812706,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x935a13fa0f0f32c9:0xc8d7d2aa313f6458!8m2!3d-15.6852978!4d-47.6790819>
Acesso em 11/10/2021.

Observamos que os primeiros processos de tombamento feitos pelo Governo do Distrito Federal datam do início da década de 1980 quando, conforme já mencionamos, não havia legislação que orientasse as práticas de tombamento.

Acreditamos que esse movimento pode ter relação com outros processos que ocorriam em âmbito federal. A representação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Distrito Federal se consolida na década de 1970.

Durante aqueles anos de 1960 e 1970, Brasília continuava o seu processo de construção, uma vez que quando da inauguração da cidade em 21 de abril de 1960, havia pouquíssimos equipamentos construídos. Nesse processo, as questões urbanísticas se colocavam de forma contundente. Com o objetivo de discuti-las, o Senado organizou em agosto de 1974 o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília que contou, inclusive com a presença de Lucio Costa. Havia muitas questões em jogo e talvez possamos inferir que a própria criação do Grupo de Trabalho para a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Distrito Federal – ou simplesmente GT- Brasília – possa ter relação com essas questões.

CAPÍTULO 03 - CRIAÇÃO DO GT-BRASÍLIA

O Grupo de Trabalho Brasília (GT-Brasília) foi formado no final da década de 1970, com a consolidação da cidade de Brasília como a Capital Federal. O grupo, de natureza interinstitucional, foi criado a partir de discussões entre um grupo de técnicos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória) e professores da Universidade de Brasília – UnB. Foi realizado, portanto, um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Universidade de Brasília (UnB) e o Governo do Distrito Federal (GDF). O grupo inovou na questão da gestão do patrimônio histórico, pois foi iniciado na cidade um processo integrado e compartilhado de preservação cultural envolvendo diferentes esferas governamentais. O grupo reunia em sua equipe diversos profissionais de várias áreas do conhecimento, entre eles arquitetos, historiadores, urbanistas, antropólogos, paisagistas entre tantos outros, proporcionando ao GT atuar de maneira vasta e técnica (IPHAN, 2016, 09-12).

Intitulado de Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília (GT-Brasília), o grupo foi formado no momento em que Brasília passava pela grande valorização do solo, a pressão imobiliária, a ausência de representatividade dos moradores foram alguns fatores que estavam ameaçando a identidade de Brasília. O grupo tinha como objetivo criar uma política de preservação do patrimônio do Distrito Federal, mas a partir de estudos e análises para abordar de forma consciente e técnica a configuração do que era patrimônio na região. O Grupo constituiu a primeira ação governamental específica para tratar a preservação do patrimônio cultural da cidade de maneira institucionalizada e tecnicamente sistematizada (IPHAN, 2016, p. 09-12).

Os estudos do grupo chegaram ao impasse entre a temporalidade e a espacialidade, estimulando o conhecimento e compreensão de que o acervo patrimonial e cultural da cidade ia além do conjunto urbanístico do Plano Piloto. Existiam outras representações presentes em seu território além do Plano Piloto. A capital modernista em relação com o restante da região era encontrada dentro de uma arbitrariedade, pois confrontava as fazendas e núcleos urbanos anteriores a Brasília, e dentro dessa discussão também reunia os acampamentos de obras da construção da cidade, a paisagem natural e também anterior a construção da capital, na região já

existia a cidade de Brazlândia e Planaltina com construções vernaculares nas fazendas antigas da região (IPHAN, 2016, p. 12-13).

A indagação do grupo era como criar uma política de preservação que atendesse às particularidades do conjunto urbanístico do Plano Piloto e que não deixasse de fora as memórias históricas e cidades que já existiam no local. O GT Brasília tinha a preocupação de abordar todo o patrimônio cultural de todo o Distrito Federal. Para o grupo, Brasília não era apenas o Plano Piloto, mas todo o contexto histórico que antecedeu à mudança da capital, os objetos produzidos pelos habitantes que moravam no espaço rural, a evolução da ocupação do espaço.

Não há como não relacionar toda essa movimentação em termos do trabalho desenvolvido pelo GT Brasília e toda a mobilização provocada pelo mesmo às iniciativas de patrimonialização levadas à frente pelo Governo do Distrito Federal naquela década de 1980.

Após muitas discussões e estudos cujo objetivo era definir o escopo de atuação do GT Brasília, as linhas de trabalho foram definidas da seguinte forma:

(...)

O pré-existente, como vernáculo da região Centro-Oeste e expresso na área antiga dentro do Distrito Federal (Planaltina e Brazlândia) e em várias fazendas, muitas das quais ainda em atividade, localizadas nas atuais áreas desse território;

as manifestações pioneiras, calcadas nos princípios do Movimento da Arquitetura Moderna, realizada em caráter provisório e exemplificadas por acampamentos de obra da construção da cidade, alguns dos quais ainda hoje testemunhos vivos dessa época;

o meio natural, congregando morfologias paisagísticas ainda intactas e muitas, bastante raras e disseminadas pelo território do Distrito Federal. (IPHAN, 2016, 57).

Datam da década de 1980, não só o tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, da Pedra Fundamental de Planaltina, mas igualmente a Igrejinha Nossa Senhora de Fátima – Decreto 6.717/1982, Igreja São Sebastião (Planaltina) – Decreto 6.940/82, Museu da Cidade – Decreto 6.718/1982, a Árvore do Buriti (Praça Municipal) – Decreto 8.623/1985, Museu Vivo da Memória Candanga – Decreto 9.036/1985, Escola Classe 308 Sul – Decreto 11.234/1988, Ermida Dom Bosco - Decreto 11.032/1988, Igreja São José Operário – Candangolândia – Decreto 19.960/1988, Vila Planalto – Decreto 11.079/1988 e o Relógio da Praça Central de Taguatinga – Decreto 11.923/1989. Ou seja, 12 bens tombados, alguns deles de forma provisória até hoje, mas devemos considerar que é um número significativo especialmente se nos

lembrarmos que a Lei n. 47 que regulamenta o tombamento no Distrito Federal data de 1989 e sua regulamentação por meio das portarias 79 e 80 de 2015.

Ainda são necessárias pesquisas, mas podemos inferir que a implementação do GT Brasília pode ter contribuído para o desenvolvimento de uma política de proteção ao patrimônio naquela década. Entretanto, outros movimentos no próprio Distrito Federal mostram uma convergência de pensamentos e políticas em relação ao Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Walter Mello afirma que ao ser convidado pelo Secretário de Educação e Cultura, o embaixador Wladimir Murinho para assumir a Divisão do Patrimônio Histórico do Distrito Federal (DePHA) em 1978, ele tinha forte preocupação com a preservação dos bens no Distrito Federal (ArPDF, 2018, p. 90). Segundo Walter Mello, ao assumir a DePHA, Cecilia Lamounier, funcionária da Divisão lhe apresentou uma série de iniciativas nas quais ela vinha trabalhando, inclusive um Projeto denominado “Raízes Históricas do Distrito Federal” e um subprojeto específico para Planaltina intitulado “Recuperação e Revitalização do Núcleo Histórico de Planaltina”. Dessas primeiras iniciativas ao chegar à Divisão decorreu a organização do I Encontro do Patrimônio Cultural de Planaltina, iniciativa já mencionada neste trabalho e que conta do processo de tombamento do imóvel que abriga o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (ArPDF, 2018, p. 91). Podemos afirmar, portanto, que havia também, por parte do próprio Governo do Distrito Federal um conjunto de iniciativas de proteção do patrimônio, independente das iniciativas do Iphan. Walter Mello inclusive afirma que

a rigor, o tombamento da Pedra Fundamental devia ser feito pelo Iphan Nacional. Entretanto, fomos nós da Divisão que tomamos todas as providências, nós que tomamos a iniciativa de fazer o tombamento (...) Fizemos tudo no mesmo dia, 7 de setembro, e no mesmo horário, meio dia. Levamos um coral. Foi um evento magnífico, uma coisa fantástica. (ArPDF, 2018, p. 94)

Walter Mello compôs, como representante do Governo do Distrito Federal, a equipe do GT Brasília. Nesse sentido, podemos inferir o trânsito de perspectivas em comum acerca dos processos de patrimonialização entre a DePHA e o GT Brasília.

Em relação a esse trânsito, por exemplo, o GT Brasília tinha uma linha de pesquisa acerca das antigas fazendas e núcleos urbanos pré-existentes a Brasília, como era o caso de Planaltina (século XIX) e Brazlândia (meados do século XX),

assim como na DePHA, em meados dos anos 1970 se desenvolveu um projeto, como já mencionado acima, “Raízes Históricas do Distrito Federal”. Ambas as iniciativas falam de uma memória que durante muito tempo permanecera subterrânea (POLLAK, 1989), subsumida pela “memória triunfante dos anos JK” (SANDES, Noé e MAGALHÃES, Luiz Ricardo. 2017, p. 338).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas elaboradas para a musealização e patrimonialização do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental de Planaltina estão reunidas em processos que, conforme propusemos aqui, devem ser analisados no contexto de sua formulação, ou seja, os anos 1980 e a política cultural do Distrito Federal.

Conforme sinalizamos, não havia legislação específica para a proteção do patrimônio histórico e artístico do Distrito Federal. Ela só será aprovada em 1989¹⁴. A despeito da inexistência de legislação havia agentes e agências que, articulados com grupos interessados na proteção do patrimônio, à época histórico e artístico, em âmbito federal, fomentaram uma série de iniciativas para a proteção do patrimônio.

Outro elemento muito importante a ser retomado é que ambos os processos se estruturam sobre narrativas que justificam a proteção tanto do Museu Histórico e Artístico de Planaltina quanto da Pedra Fundamental de Planaltina a partir da pré-existência de Brasília e posteriormente a sua edificação. Nesse sentido, identificamos um elemento que requer uma análise crítica por parte dos agentes e agências que, hoje, estão a frente dessa política.

Da forma como esses processos se encontram instruídos, conforme sinalizamos nos dois primeiros capítulos deste trabalho, eles afirmam um único passado para o museu e para a pedra fundamental: o de fatos que sustentam um único destino: a transferência da capitalidade da nação para o interior de Goiás.

A constância no uso de personalidades públicas, as ideias mudancistas e o grande idealizador de Brasília, Juscelino Kubitschek, estão presentes em ambos os processos se configurando como protagonistas desse processo. Conforme destacamos, ao concentrar o núcleo mais importante desses bens culturais nos anos 1950/1960, promove-se o esquecimento do protagonismo de agentes e agências

¹⁴ Há que se desenvolver pesquisas específicas, mas podemos inferir que a promulgação da Lei n. 47/1989 é resultado de dois processos: um de natureza eminentemente política, o processo de conquista de autonomia por parte do Distrito Federal, consequência de anos de luta condensados na Constituição Federal de 1988; o outro, acreditamos, de amadurecimento da política cultural frente à ação de agentes e agências do Distrito Federal e, igualmente, da política federal de patrimônio levada à frente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

locais que desde meados do século XIX lutavam por inserir o estado de Goiás nos processos civilizatórios tão almejados dos determinados segmentos da elite goiana.

O que podemos igualmente identificar como consequência não tão prevista ao se proceder aos processos de musealização e patrimonialização foi a valorização da Brasília vernacular, a Brasília que está fora dos limites da poligonal e que também não pertence ao plano urbanístico de Lucio Costa, a valorização do concreto e dos monumentos foram deixadas de lado, o simples e antigo passa a ser valorizado, oferecendo espaço para narrativa de uma Brasília rica em história e temporalidade.

O tombamento do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental são motivados pelos acontecimentos e vontades na trajetória da pré-construção e construção da Nova Capital, sendo consolidado um cenário pré-Brasília.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal*. Memórias, História e Estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ArPDF. *Walter Mello*. Entre a Oralidade e a Escrita. Apontamentos Biográficos. Brasília: GDF, 2018.

BARBOSA, Daniela Pereira. *O Patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento (1959-2014)*. Brasília: PPGFAU/UnB, 2021.

BRULON SOARES, Bruno. Provocando a museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: Museu Paulista, v. 25, n. 1, 2017, p. 403-425.

BRULON SOARES, Bruno. "Passagens da Museologia: a musealização como caminho." In: *Revista Museologia e Patrimônio*. Vol. 11, n. 02, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657> Acesso em 19/10/2021.

GÓES, Luisa Mancini. O Valor Cultural no campo do patrimônio imaterial: problematizando o Registro do Clube do Choro de Brasília. 2019. 86f., TCC (Bacharelado em Museologia) – Universidade de Brasília, 2019.

GUIMARÃES, Silvia. *Os Monteiro Guimarães na História do Planalto Central*. Goiânia: Kelps, 2009.

IPHAN. *GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. Brasília: Iphan, 2016.

PALAZZO, P.P. "Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o século XX." In: *Historiae*, Rio Grande, vol 6, n. 2, 360 - 382 , 2015.

PEREIRA, V. C. *O tombamento da Caixa d'água da Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal*. 2017. 119 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

POLLAK, M. "Memória, Esquecimento, Silêncio." In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989.

REDE, M. "História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material". *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 4(1),1996, 265-282.

SANDES, N. F. e MAGALHÃES, L.R. "Sertão Planaltino na Perspectiva dos Lugares nomes e acontecimentos em um tempo marcado pela espera da Nova Capital." In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, Vol. 10, n. 01, jan.- jul. 2017.

SANTOS, Ana Maria Rosa. A política de patrimônio imaterial do Distrito Federal: o processo de Registro do Clube do Choro de Brasília (2007 – 2008). 2015. 165 f. Monografia (Bacharelado em Museologia)—Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2015.

SILVA, Elias Manoel da. *De Mestre d'Armas a Planaltina*. Reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade, 2016. Disponível em [http://cerratense.com.br/fotosdocumento/arquivopdf3/ARTIGO_De%20Mestre%20d'Armas%20a%20Planaltina%20-%20reflexão%20histórico-cr%C3%ADtica%20\(1\).pdf](http://cerratense.com.br/fotosdocumento/arquivopdf3/ARTIGO_De%20Mestre%20d'Armas%20a%20Planaltina%20-%20reflexão%20histórico-cr%C3%ADtica%20(1).pdf) Acesso em 20/10/2021.

SILVA, Juliane Carla; BARBOSA, Fabio de Macedo Tristão. “Estrada de Ferro Goiás e a modernização do território goiano: o caso de Pires do Rio (GO).” In *Revista Sapiência*. Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. Vol. 6, n. 01, p. 192 – 217, ago./dez. 2017.